

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 4ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA ADICIONAL REAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA CECISA REVESTIMENTOS CERÂMICOS S.A.

ENTRE

CECRISA REVESTIMENTOS CERÂMICOS S.A.
COMO EMISSORA,

E

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
COMO AGENTE FIDUCIÁRIO

DATADO DE 11 DE SETEMBRO DE 2012

CECRISA REVESTIMENTOS CERÂMICOS S.A., sociedade por ações de capital fechado, com sede na Avenida Manoel Delfino de Freitas, 1.001, Bairro Próspera, CEP 88813-900, na Cidade de Criciúma, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 79.655.916/0001-30, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Emissora"):

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, sociedade por ações, com sede na Avenida das Américas, 4.200, bloco 04, sala 514, Barra da Tijuca, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, representando a comunhão dos interesses dos titulares das Debêntures (conforme definidas na Cláusula 2.1) da presente emissão ("Debenturistas"), nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Agente Fiduciário", e em conjunto com a Emissora, "Partes").

CLÁUSULA I AUTORIZAÇÕES

CLÁUSULA II REQUISITOS

2.1. A presente 4ª (quarta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Emissora, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Emissão", "Debêntures", "Oferta Restrita" e "Instrução CVM 476", respectivamente), será realizada com observância dos seguintes requisitos:

2.1.1. Arquivamento e Publicação das Atas das Aprovações Societárias

2.1.1.1. A ata da RCA Emissora de que trata a Cláusula 1.1 desta Escritura de Emissão foi devidamente protocolada para arquivamento na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina ("JUCESC") em 14 de agosto de 2012, e será publicada no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina ("DOESC") e no jornal "A Tribuna", nos termos do artigo 62, inciso I, e artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações.

2.1.1.2. A ata da AGE Emissora de que trata a Cláusula 1.1 desta Escritura de Emissão foi devidamente protocolada para arquivamento na JUCESC em 14 de agosto de 2012, e será publicada no DOESC e no jornal A Tribuna, nos termos do artigo 62, inciso I, e artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações.

2.1.2. Inscrição da Escritura de Emissão na JUCESC

2.1.2.1. Esta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos ("Aditamentos") deverão ser inscritos na JUCESC, conforme disposto no artigo 62, inciso II e § 3º, da Lei das Sociedades por Ações.

2.1.3. Registro na CVM

2.1.3.1 A Emissão será realizada nos termos do artigo 6º da Instrução CVM 476 estando, portanto, automaticamente dispensada do registro prévio de distribuição pública perante a CVM.

2.1.4. Dispensa de Registro na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA")

2.1.4.1. A presente Emissão não será registrada na ANBIMA por se tratar de oferta pública de valores mobiliários com esforços restritos de colocação e por não haver prospecto, estando automaticamente dispensada do registro, nos termos do artigo 25, §1º do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários.

2.1.5. Registro para Colocação e Negociação

2.1.5.1. As Debêntures serão registradas para (a) distribuição pública no mercado primário por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos ("SDT"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição liquidada financeiramente na CETIP; e (b)

negociação, observado o disposto na Cláusula 2.1.5.2 desta Escritura de Emissão, no mercado secundário por meio do SND – Módulo Nacional de Debêntures (“SND”), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.1.5.2. Não obstante o descrito na Cláusula 2.1.5.1 desta Escritura de Emissão, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados (conforme definido na Cláusula 3.6.4) depois de decorridos 90 (noventa) dias da data de subscrição ou aquisição pelo Investidor Qualificado, conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, e do cumprimento pela Emissora das obrigações previstas no artigo 17 de referida Instrução, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

CLÁUSULA III CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Objeto Social da Emissora

3.1.1. A Emissora tem por objeto social: (a) a fabricação e comércio de azulejos, seus acessórios e subprodutos, azulejos decorativos, ladrilhos, pisos de todos os tipos, pastilhas, tijolos refratários, louças, fritas, corantes, tijolos, telhas e produtos de cerâmica em geral, podendo importar e exportar, proceder pesquisas e lavras de jazidas de minerais, em conformidade com o Código de Minas e leis afins; (b) prestação de serviços relacionados à aplicação de revestimentos cerâmicos e outras obras de acabamento de construção; (c) compra e venda de imóveis; e (d) a participação em outras sociedades, na qualidade de sócia, acionista ou quotista.

3.2. Número da Emissão

3.2.1. A presente Emissão constitui a 4ª (quarta) Emissão de Debêntures da Emissora.

3.3. Valor Total da Emissão

3.3.1. O valor total da Emissão será de R\$90.000.000,00 (noventa milhões de reais) (“Valor Total da Emissão”).

3.4. Número de Séries

3.4.1. A Emissão será realizada em série única.

3.5. Colocação e Procedimento de Distribuição

3.5.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de colocação, sob o regime de garantia firme de colocação e sem solidariedade entre as Instituições Intermediárias



3.5.5. Não será constituído fundo de sustentação de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures. Não será firmado contrato de estabilização de preço das Debêntures no mercado secundário.

3.6. Banco Mandatário e Escriturador

3.6.1. Para fins da presente Emissão, o banco mandatário será o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04 ("Banco Mandatário") e a instituição escrituradora das Debêntures será a Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.400, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.194.353/0001-64 ("Escriturador").

3.7. Destinação dos Recursos

3.7.1. Os recursos captados através da presente Emissão serão destinados ao alongamento do endividamento da Emissora.

CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Características Gerais

4.1.1 Valor Nominal Unitário

4.1.1.1. O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$10.000,00 (dez mil reais) na Data de Emissão (conforme definida abaixo) ("Valor Nominal Unitário").

4.1.2 Quantidade de Debêntures

4.1.2.1. Serão emitidas 9.000 (nove mil) Debêntures para distribuição pública com esforços restritos.

4.1.3 Número de Séries

4.1.3.1. A Emissão será realizada em série única.

4.1.4 Data de Emissão

4.1.4.1. Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 23 de agosto de 2012 ("Data de Emissão").



4.1.5. Prazo e Data de Vencimento

4.1.5.1. As Debêntures terão prazo de vencimento de 4 (quatro) anos, vencendo-se, portanto em 23 de agosto de 2016 ("Data de Vencimento"), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado, de aquisição antecipada facultativa e de oferta de resgate antecipado, estabelecidas nas Cláusulas 7.3, 7.1 e 7.2 desta Escritura de Emissão, respectivamente. Na ocasião do vencimento, a Emissora obriga-se a proceder ao pagamento das Debêntures que ainda estejam em circulação pelo saldo de seu Valor Nominal Unitário, acrescido dos juros remuneratórios devidos, calculados conforme a Cláusula 4.1.11 desta Escritura de Emissão.

4.1.6. Espécie

4.1.6.1. As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, e contarão com garantia adicional real, nos termos da Escritura de Emissão e conforme detalhado na Cláusula V abaixo.

4.1.7. Forma, Tipo e Conversibilidade

4.1.7.1. As Debêntures serão da forma nominativa, escritural, simples e não conversíveis em ações da Emissora, sem emissão de certificados.

4.1.8. Comprovação de Titularidade das Debêntures

4.1.8.1. A Emissora não emitirá certificados das Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures, o extrato expedido pela CETIP em nome do Debenturista, quando as Debêntures estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP.

4.1.9. Preço de Subscrição e Forma de Integralização

4.1.9.1. O preço de subscrição de cada Debênture será seu Valor Nominal Unitário, acrescido, *pro rata temporis*, pelos Juros Remuneratórios previstos na Cláusula 4.1.11 desta Escritura de Emissão, desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização pelo subscritor. As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato de subscrição, de acordo com os procedimentos da CETIP.

4.1.10. Atualização do Valor Nominal Unitário

4.1.10.1. Não haverá atualização do Valor Nominal Unitário das Debêntures.

4.1.11. Remuneração

4.1.11.1. As Debêntures renderão juros a taxa correspondente à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "*over extra grupo*".



expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (conforme definidos na Cláusula 4.1.16.1), calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), acrescida exponencialmente de um *spread* ou sobretaxa de 2,35% (dois inteiros e trinta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Juros Remuneratórios" e "Remuneração"). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Saldo do Valor Nominal Unitário (conforme definido na Cláusula 4.1.11.7) das Debêntures não amortizado desde a Data de Emissão ou da Data de Pagamento da Remuneração (conforme definida na Cláusula 4.1.12) imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, de acordo com a fórmula especificada abaixo:

$$J = VNe \times (\text{Fator Juros} - 1)$$

onde:

J = Valor unitário dos juros flutuantes, acrescido de "Spread", acumulado no período, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento, devidos no final de cada Período de Capitalização;

VNe = Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, no início de cada Período de Capitalização, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

Fator Juros = Fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de spread, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = (FatorDI \times FatorSpread)$$

onde:

FatorDI = produtório dos fatores das Taxas DI-Over da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até a data de cálculo da Remuneração exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n (1 + \text{TDI}_k)$$

onde:

k = número de ordem dos fatores das Taxas DI-Over, variando de 1 até "n":

n = número total de Taxas DI-Over consideradas em cada Período de Capitalização, sendo "n" um número inteiro;

TDIk = Taxa DI-Over, de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$



arredondamento, apurada da seguinte forma;

onde:

$k = 1, 2, \dots, n;$

DI_k = Taxa DI-Over de ordem k, divulgada pela CETIP, expressa na forma percentual ao ano, válida por 1 (um) Dia Útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread = Sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}$$

onde:

spread = 2,3500 (dois inteiros e trinta e cinco décimos de milésimos) ao ano, informado com 4 (quatro) casas decimais;

DP = É o número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou, Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, inclusive, e a data atual, exclusive, sendo "DP" um número inteiro;

O fator resultante da expressão $(1 + \text{TDI}_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + \text{TDI}_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

O fator resultante da expressão $(\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$ é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo.

4.1.11.2. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI pela CETIP na Data de Vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora decorrentes desta Escritura de Emissão, inclusive a

continuidade.

4.1.11.7. Define-se "Saldo do Valor Nominal Unitário" como o Valor Nominal Unitário remanescente após cada Data de Amortização, conforme previstas na Cláusula 4.1.14 desta Escritura de Emissão.

4.1.11.8. Farão jus à Remuneração e a qualquer pagamento relativo à amortização das Debêntures aqueles que sejam titulares de Debêntures ao final do Dia Útil imediatamente anterior a cada Data de Pagamento da Remuneração e a cada Data de Amortização, respectivamente.

4.1.12. Pagamento da Remuneração

4.1.12.1. Os Juros Remuneratórios serão pagos mensalmente, a partir da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento em 23 de setembro de 2012 e o último na Data de Vencimento ("Data de Pagamento da Remuneração").

4.1.13. Repactuação

4.1.13.1. Não haverá repactuação das Debêntures.

4.1.14. Amortização

4.1.14.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado nos percentuais e datas abaixo indicados, em 37 (trinta e sete) parcelas mensais e iguais, sendo a primeira parcela paga em 23 de agosto de 2013, conforme abaixo ("Data de Amortização"), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado, de aquisição antecipada facultativa e de oferta de resgate antecipado, estabelecidas nas Cláusulas 7.3, 7.1 e 7.2 desta Escritura de Emissão, respectivamente.

Parcela	Data de Pagamento	Percentual Amortizado do Valor Nominal Unitário
1	23 de agosto de 2013	2,7027
2	23 de setembro de 2013	2,7027
3	23 de outubro de 2013	2,7027
4	23 de novembro de 2013	2,7027
5	23 de dezembro de 2013	2,7027
6	23 de janeiro de 2014	2,7027
7	23 de fevereiro de 2014	2,7027
8	23 de março de 2014	2,7027
9	23 de abril de 2014	2,7027
10	23 de maio de 2014	2,7027
11	23 de junho de 2014	2,7027
12	23 de julho de 2014	2,7027
13	23 de agosto de 2014	2,7027
14	23 de setembro de 2014	2,7027
15	23 de outubro de 2014	2,7027
16	23 de novembro de 2014	2,7027
17	23 de dezembro de 2014	2,7027
18	23 de janeiro de 2015	2,7027
19	23 de fevereiro de 2015	2,7027
20	23 de março de 2015	2,7027
21	23 de abril de 2015	2,7027
22	23 de maio de 2015	2,7027
23	23 de junho de 2015	2,7027
24	23 de julho de 2015	2,7027
25	23 de agosto de 2015	2,7027
26	23 de setembro de 2015	2,7027
27	23 de outubro de 2015	2,7027
28	23 de novembro de 2015	2,7027
29	23 de dezembro de 2015	2,7027
30	23 de janeiro de 2016	2,7027
31	23 de fevereiro de 2016	2,7027
32	23 de março de 2016	2,7027
33	23 de abril de 2016	2,7027
34	23 de maio de 2016	2,7027
35	23 de junho de 2016	2,7027
36	23 de julho de 2016	2,7027
37	23 de agosto de 2016	Saldo do Valor Nominal Unitário

4.1.15. Local de Pagamento e Imunidade Tributária

4.1.15.1. Os pagamentos referentes às Debêntures e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão serão efetuados pela Emissora (i) utilizando-se os

procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND; ou (ii) por meio do Banco Mandatário, para os Debenturistas que não tiverem suas Debêntures custodiadas eletronicamente no SND.

4.1.15.2. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis antes das datas previstas de pagamento das Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor, como se não fosse imune ou gozasse de isenção tributária. Caso a documentação comprobatória da imunidade de que trata esta Cláusula não seja suficiente para comprová-la, o pagamento será realizado com o desconto da alíquota dos tributos incidentes.

4.1.16. Prorrogação dos Prazos

4.1.16.1. Para os fins desta Escritura de Emissão, considera-se Dia Útil qualquer dia que não seja sábado, domingo, feriado nacional e que haja expediente bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo ("Dia Útil" e, no plural "Dias Úteis")

4.1.16.2. Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das Partes desta Escritura de Emissão, inclusive pelos Debenturistas, no que se refere ao pagamento do preço de subscrição, até o primeiro Dia Útil subsequente, se a na Data de Vencimento da respectiva obrigação não houver expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento da respectiva obrigação coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional.

4.1.17. Encargos Moratórios

4.1.17.1. Sem prejuízo dos Juros Remuneratórios, ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor total devido e juros de mora calculados desde a data de inadimplemento, até a data do efetivo pagamento, à taxa de 1% (um por cento) ao mês ou fração, sobre o montante assim devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, além das despesas incorridas para cobrança (em conjunto, "Encargos Moratórios").

4.1.18. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

4.1.18.1. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.1.17.1 desta Escritura de Emissão, o não comparecimento do debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento dos Juros Remuneratórios e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento de Juros Remuneratórios e/ou Data de Vencimento.

4.1.19. Publicidade

4.1.19.1. Todos os anúncios, avisos e demais atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos debenturistas, serão publicados no DOESC e no jornal A Tribuna, conforme estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações, observadas as limitações impostas pela Instrução CVM 476 em relação à publicidade da Emissão e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário a respeito de qualquer publicação na data da sua realização.

CLÁUSULA V GARANTIA ADICIONAL REAL

5.1. As Debêntures serão garantidas por cessão fiduciária de direitos creditórios de titularidade da Emissora, representados por carteira de recebíveis performados, atuais e futuros, em cobrança bancária e/ou em carteira, registrada e/ou a ser registrada no banco depositário contra determinados clientes da Emissora, e/ou de qualquer outro modo advindos de vendas realizadas pela Emissora em valor equivalente a, no mínimo, 40% (quarenta por cento) do Saldo do Valor Nominal Unitário do total das Debêntures não amortizado acrescido da remuneração incidente ("Garantia" e "Saldo Mínimo", respectivamente), tudo em conformidade com o Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios Performados em Garantia e Outras Avenças a ser celebrado pela Emissora ("Contrato de Garantia").

5.2. A verificação do Saldo Mínimo será realizada nos termos do Contrato de Garantia.

5.3. O Contrato de Garantia deverá ter sido firmado e registrado nos registros públicos competentes até a data de integralização. Em até 30 (trinta dias) dias a contar da Data de Emissão deverão ter sido observadas as demais formalidades para que a Garantia esteja devidamente constituída, incluindo, mas não se limitando, terem sido efetuadas as notificações previstas no Contrato de Garantia e atingidos os montantes de recebíveis dados em garantia conforme Cláusula 5.1 desta Escritura de Emissão. Ademais, 1 (uma) via devidamente registrada do Contrato de Garantia deverá ser entregue ao Agente Fiduciário pela Emissora em até 5 (cinco) Dias Úteis da conclusão de seu(s) registro(s).

5.4. Fica desde já certo e ajustado que a inobservância, pelos Debenturistas ou pelo Agente Fiduciário representando os Debenturistas, dos prazos para execução de quaisquer garantias constituídas em favor dos Debenturistas desta Emissão não ensejará, sob hipótese nenhuma, perda de qualquer direito ou faculdade aqui prevista.

A 5x5 grid of dots. The dots are arranged to form the shape of the number 1. The first column has 5 dots. The second column has 4 dots, missing the top one. The third column has 3 dots, missing the top two. The fourth column has 2 dots, missing the top three. The fifth column has 1 dot, missing the top four.

7.1. Aquisição Antecipada Facultativa

7.2. Resgate Antecipado Facultativo e Oferta de Resgate Antecipado

7.2.2. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a qualquer tempo, oferta de resgate antecipado das Debêntures, com o consequente cancelamento das Debêntures resgatadas, endereçadas a todos os Debenturistas sem distinção, sendo assegurada a todos os Debenturistas igualdade de condições para aceitar o resgate das Debêntures por eles detidas ("Oferta de Resgate Antecipado"). A Oferta de Resgate Antecipado será realizada da seguinte forma:

15

pagamento aos Debenturistas; e (v) demais informações necessárias para tomada de decisão dos Debenturistas.

7.2.2.2. Após a publicação dos termos da Oferta de Resgate Antecipado, os Debenturistas que optarem pela adesão à referida oferta terão que se manifestar diretamente ao Agente Fiduciário, fora do âmbito da CETIP, no prazo disposto no Edital de Oferta de Resgate Antecipado, o qual não poderá ser inferior a 10 (dez) dias úteis. Ao final desse prazo, a Emissora terá 03 (três) dias úteis para proceder à liquidação da Oferta de Resgate Antecipado, sendo certo que todas as Debêntures objeto da oferta serão resgatadas em uma única data. Fica definido que para as Debêntures custodiadas no SND, o resgate antecipado parcial ocorrerá conforme procedimentos adotados pela CETIP, através de "operação de compra e venda definitiva no mercado secundário", sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas por Debenturista, serão realizadas fora do âmbito da CETIP. Caso a CETIP venha a implementar outra funcionalidade para operacionalizar o evento parcial, não haverá a necessidade de ajuste à Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade. Caso aconteça o resgate antecipado a CETIP deverá ser comunicada com, no mínimo, 02 (dois) dias úteis de antecedência.


7.2.2.3. A Emissora poderá condicionar o resgate antecipado à aceitação deste por um percentual mínimo de Debenturistas a ser por ela definido quando da realização da Oferta de Resgate Antecipado. Tal percentual deverá estar estipulado no Edital de Oferta de Resgate Antecipado.

7.2.2.4. O valor a ser pago aos Debenturistas a título de resgate antecipado será equivalente ao Valor Nominal Unitário das Debêntures não amortizado, acrescido: (i) dos Juros Remuneratórios devidos e ainda não pagos até a data de resgate antecipado, calculados nos termos da Cláusula 4.1.11 desta Escritura de Emissão; e (ii) de eventual prêmio de resgate a ser oferecido aos Debenturistas, a exclusivo critério da Emissora.

7.2.2.5. O pagamento para as Debêntures resgatadas será feito por meio dos procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND.

7.2.3. As Debêntures resgatadas antecipadamente deverão ser canceladas.

7.3. Vencimento Antecipado

7.3.1. Observado o disposto nos itens 7.3.2 e 7.3.3 abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes desta Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão, ou da última data de pagamento da Remuneração, o que ocorrer por último, até a data do seu efetivo pagamento, sem prejuízo do pagamento dos Encargos Moratórios, quando for o caso e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, na ocorrência das seguintes hipóteses (cada uma, um "Evento de Vencimento Antecipado"): 

previamente aprovado por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação;

- (x) vencimento antecipado de quaisquer dívidas da Emissora envolvendo valor, individualmente ou em conjunto, igual ou superior a R\$1.000.000,00, ou seu equivalente em outras moedas, não sanado (i) no prazo previsto no respectivo contrato, se houver, ou (ii) caso não haja um prazo de cura específico no respectivo contrato, no prazo de até 1 (um) Dia Útil da data em que tal obrigação se tornou devida, com exceção de eventuais vencimentos antecipados de dívidas da Emissora contraídas junto ao Banco Credit Suisse (Brasil) S.A. e/ou sociedades pertencentes, nesta data, ao seu grupo econômico, por meio (a) do Contrato de Pré-Pagamento de Exportação nº 226BB1 datado de 22 de junho de 2007; (b) da Cédula de Crédito Bancário nº CSBRA20101000251 datada de 27 de dezembro de 2010; (c) da Cédula de Crédito Bancário nº CSBRA20101000252 datada de 27 de dezembro de 2010; (d) da Cédula de Crédito Bancário nº CSBRA20101000253 datada de 27 de dezembro de 2010; (e) da Cédula de Crédito Bancário nº CSBRA20101000254 datada de 27 de dezembro de 2010; e (f) da Cédula de Crédito Bancário nº CSBRA20101000255 datada de 27 de dezembro de 2010, ocorridas no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data de assinatura desta Escritura, desde que, neste caso, a totalidade das referidas dívidas, acrescidas de eventuais multas, juros de mora e demais encargos, se existentes, sejam integralmente liquidadas pela Emissora no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis das datas em que tais obrigações de pagamento se tornaram devidas;
- (xi) inadimplemento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária, envolvendo valor, individualmente ou em conjunto, igual ou superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), ou seu equivalente em outras moedas, não sanado (i) no prazo previsto no respectivo contrato, se houver ou (ii) caso não haja um prazo de cura específico no respectivo contrato, no prazo de até 1 (um) Dia Útil da data em que tal obrigação se tornou devida;
- (xii) alienação, pela Emissora, de ativo(s) em valor, individual ou agregado, igual ou superior a 15% (quinze por cento) do valor total de seu ativo imobilizado, por cada período de 12 (doze) meses desde a Data de Emissão, exceto (i) no curso normal de seus negócios, (ii) em decorrência do encerramento das atividades das unidades industriais da Emissora localizadas na Cidade de Tubarão, Estado de Santa Catarina, e na Cidade de Anápolis, Estado de Goiás, decorrente do e em linha com o projeto de consolidação e otimização industrial da Emissora, ou (iii) exceto se previamente aprovada por Debenturistas representando no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação;
- (xiii) aquisição, pela Emissora, de ativo(s) que implique(m) no efetivo desembolso, pela Companhia, de recursos financeiros em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), por cada período de 12 (doze) meses desde a Data de Emissão, exceto no curso normal de seus negócios, ou exceto se previamente aprovada por Debenturistas representando no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação;

- (xiv) contratação de qualquer empréstimo, financiamento ou qualquer outra modalidade de obrigação de cunho financeiro, na qual a Emissora figure como parte concedente, a qualquer dos acionistas controladores diretos ou indiretos, ou controladas da Emissora (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações) figurem como parte tomadora, exceto se previamente aprovada por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação;
- (xv) realização de qualquer pagamento de dividendos pela Emissora, ou de participação no resultado, caso a Emissora esteja em mora com as obrigações objeto desta Escritura de Emissão, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;
- (xvi) não utilização, pela Emissora, dos recursos líquidos obtidos com a Emissão estritamente nos termos da Cláusula 3.7.1 desta Escritura de Emissão, exceto se previamente aprovada por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação;
- (xvii) inadimplemento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, não sanada em 5 (cinco) Dias Úteis contados (a) da data em que for recebido aviso escrito enviado pelo Agente Fiduciário à Emissora; ou (b) da data em que a Emissora tomar ciência do inadimplemento, o que ocorrer primeiro, sendo que o prazo previsto nesta alínea não se aplica aos demais Eventos de Vencimento Antecipado e/ou às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo de cura específico;
- (xviii) protesto de títulos contra a Emissora em valor unitário ou agregado, igual ou superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), salvo se: (a) tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora; ou (b) for sustado ou cancelado, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 10 (dez) Dias Úteis contados da data de intimação do protesto, o qual será considerado como prazo de cura;
- (xix) inadimplemento, pela Emissora, de qualquer decisão judicial e/ou de qualquer decisão administrativa ou arbitral não sujeita a recurso ou contestação judicial, conforme o caso, e à qual não tenha sido concedido efeito suspensivo, contra a Emissora;
- (xx) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações e licenças, inclusive as ambientais, exigidas para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora e/ou por qualquer das controladas direta ou indireta da Emissora, conforme o caso, e cuja falta afete de forma adversa a capacidade da Emissora de cumprir qualquer de suas obrigações no termos desta Escritura de Emissão, exceto se dentro do prazo de 15 (quinze) Dias Úteis a contar da data de tal não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão a Emissora comprove a existência de provimento jurisdicional autorizando a regular continuidade das atividades da Emissora até a renovação ou obtenção da referida licença ou autorização;

- (xxi) comprovação de que qualquer das declarações prestadas pela Emissora nesta Escritura de Emissão e nos demais documentos relacionados à Emissão e à Oferta Restrita, de que seja parte, conforme aplicável, provaram-se falsas, incorretas, incompletas ou enganosas em qualquer aspecto relevante na data em que foram prestadas;
- (xxii) ato de qualquer autoridade governamental com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, totalidade ou parte substancial dos ativos, propriedades, das ações do capital social da Emissora, desde que tal ato, a critério dos Debenturistas, afete de forma adversa a capacidade da Emissora de cumprir qualquer de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão;
- (xxiii) a garantia prevista no Contrato de Garantia não seja constituída e aperfeiçoada nos termos e prazos estabelecidos no Contrato de Garantia; e
- (xxiv) não observância pela Emissora dos seguintes índices e limites financeiros ("Índices Financeiros"), verificados semestralmente pelo Agente Fiduciário, a serem calculados pela Emissora com base nas suas demonstrações financeiras consolidadas auditadas ou revisadas, conforme o caso, ao final de cada semestre a partir do semestre que terá como base as demonstrações financeiras da Emissora de 31 de dezembro de 2012, em até 15 (quinze) dias corridos após a publicação pela Emissora de suas respectivas demonstrações financeiras consolidadas, até o pagamento integral dos valores devidos em virtude das Debêntures:

(a) Dívida financeira líquida / EBITDA menor ou igual a:

Demonstração Financeira de:	31 de dezembro de 2012	30 de junho de 2013	A partir de 31 de dezembro de 2013
Múltiplo	2,5x	2,5x	2,0x

(b) (Dívida financeira líquida + Parcelamento de impostos) / EBITDA menor ou igual a:

Demonstração Financeira de:	31 de dezembro de 2012	30 de junho de 2013	A partir de 31 de dezembro de 2013
Múltiplo	5,0x	5,0x	4,5x

Para fins da presente Escritura de Emissão, considera-se:

"Dívida Financeira Líquida", a soma dos saldos dos empréstimos, financiamentos, aquisições a pagar (exceto aquelas realizadas pela Emissora no curso normal de seus negócios) e outras dívidas financeiras onerosas, incluindo, sem limitação, as debêntures, o saldo líquido das operações ativas e passivas com derivativos em que a Emissora seja parte, classificadas no passivo circulante e exigível de longo prazo da Emissora, bem como avais, fianças e demais



garantias prestadas em benefício de empresas não consolidadas nas demonstrações financeiras auditadas ou revisadas da Emissora, conforme o caso, menos as disponibilidades.

“EBITDA” significa o lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda e da contribuição social, adicionando-se (i) despesas não operacionais; (ii) despesas financeiras; e (iii) despesas com amortizações e depreciações (apresentadas no fluxo de caixa método indireto); e excluindo-se (i) receitas não operacionais; e (ii) receitas financeiras; apurado com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base de cálculo do índice.

“Parcelamento de Impostos” significa Parcelamento de débitos tributários, de competência da União Federal, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, concedido na forma e condição estabelecidas em lei específica.

Com relação ao item “b” acima, caso a Emissora esteja (i) com múltiplo superior a 2,5x (dois inteiros e cinco décimos vezes), ela poderá pagar dividendos equivalentes a, no máximo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido; e (ii) com múltiplo igual ou inferior a 2,5x (dois inteiros e cinco décimos vezes), ela poderá distribuir dividendos limitados a 100% (cem por cento) do lucro líquido, desde que tal distribuição não resulte na quebra de quaisquer Índices Financeiros das Debêntures.

7.3.2. A ocorrência de quaisquer dos Eventos de Vencimentos Antecipado indicados nas alíneas de (i) a (xvi) na Cláusula 7.3.1 desta Escritura de Emissão, acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial.

7.3.3. Na ocorrência dos Eventos de Vencimentos Antecipado previstos nas demais alíneas a Cláusula 7.3.1 desta Escritura de Emissão (que não aquelas descritas na Cláusula 7.3.2. acima), o Agente Fiduciário deverá, convocar, no prazo máximo de 1 (um) Dia Útil a contar do momento em que tomar ciência do evento, assembleia geral de Debenturistas, a se realizar nos prazos e demais condições descritas na Cláusula X desta Escritura de Emissão, para deliberar sobre a eventual não decretação de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures.

7.3.4. Se, na assembleia geral de Debenturistas de que trata a Cláusula 7.3.1 desta Escritura de Emissão, Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, decidirem por não considerar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, o Agente Fiduciário não deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures.

7.3.5. Se, na assembleia geral de Debenturistas de que trata a Cláusula 7.3.1 desta Escritura de Emissão, não for deliberada a não declaração do vencimento antecipado, ou em caso de não instalação, em segunda convocação, da referida assembleia geral de Debenturistas, o Agente Fiduciário deverá, imediatamente, declarar o vencimento antecipado de todas obrigações decorrentes das Debêntures e enviar, imediatamente, carta protocolada à Emissora, com cópia para a CETIP e ao Banco Mandatário.

- (vi) convocar Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, nos termos da Cláusula X desta Escritura de Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- (vii) manter em adequado funcionamento órgão para atender, de forma eficiente, aos debenturistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- (viii) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (ix) notificar o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão de suas atividades ou que possam afetar negativamente sua habilidade de efetuar o pontual cumprimento de todas as obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, bem como sobre a ocorrência de qualquer Evento de Vencimento Antecipado previsto nesta Escritura de Emissão;
- (x) manter a propriedade sobre seus bens e propriedades relevantes e particularmente sobre seus imóveis;
- (xi) manter os ativos mencionados acima segurados por companhia de seguro de primeira linha, com cobertura dos valores e riscos adequados para a condução de seus negócios e para o valor de seus ativos e de acordo com os padrões de sociedades do mesmo setor no Brasil;
- (xii) promover o registro do Contrato de Garantia nos Cartórios de Títulos e Documentos competentes até a data de integralização, conforme previsto na Cláusula 5.3 acima;
- (xiii) fornecer ao Agente Fiduciário vias originais do Contrato de Garantia e de eventuais aditamentos, devidamente registrados nos Cartórios de Títulos e Documentos competentes;
- (xiv) efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP;
- (xv) efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora;
- (xvi) manter-se devidamente organizada e constituída como uma sociedade por ações sob as leis brasileiras;
- (xvii) cumprir com todas as obrigações decorrentes da legislação e da regulamentação brasileira aplicável, incluindo manutenção de licenças relevantes, aprovações e requerimentos societários, governamentais, legais ou regulamentares aplicáveis, necessárias para o exercício de suas atividades principais;



- (xviii) observar estritamente a legislação e regulamentação tributária aplicável, mantendo-se em situação de regularidade perante autoridades governamentais ou fiscais, bem como efetuar o pontual pagamento de tributos que sejam devidos ou que devam ser recolhidos, exceto se a exigibilidade do tributo ou de seu pagamento esteja suspensa por decisão judicial ou administrativa ou nos termos da legislação ou regulamentação aplicável;
- (xix) informar e enviar o organograma, os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório anual, conforme previsto na Instrução CVM 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28"), que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) Dias Úteis antes do encerramento do prazo para disponibilização do mesmo na CVM. O referido organograma do grupo societário da Emissora deverá conter, inclusive, os controladores, as Controladas, o controle comum, as coligadas, e integrante de bloco de controle, no encerramento de cada exercício social; e
- (xx) notificar em até 5 (cinco) Dias Úteis os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas.

CLÁUSULA IX AGENTE FIDUCIÁRIO

9.1. Nomeação

9.1.1. A Emissora constitui e nomeia como Agente Fiduciário da Emissão, a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, qualificada no preâmbulo desta Escritura de Emissão, a qual, neste ato e pela melhor forma de direito, expressamente aceita a nomeação para, nos termos da legislação atualmente em vigor e da presente Escritura de Emissão, representar a comunhão dos Debenturistas perante a Emissora.

9.2. Declaração

9.2.1. O Agente Fiduciário dos Debenturistas, nomeado na presente Escritura, declara, sob as penas da lei:

- (i) não ter qualquer impedimento legal, sob as penas da lei, para exercer a função que lhe é conferida, conforme artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações e artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (ii) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;



pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetua-la, observado o prazo de 8 (oito) dias para a primeira convocação e 5 (cinco) dias para a segunda convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumir o processo de escolha do novo Agente Fiduciário. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma que a do Agente Fiduciário, observado o disposto na Cláusula 9.3.7 desta Escritura de Emissão.

9.3.2. A CVM poderá nomear substituto provisório para o Agente Fiduciário enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário.

9.3.3. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

9.3.4. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em assembleia especialmente convocada para esse fim. A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28, e eventuais normas posteriores.

9.3.5. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário deverá ser objeto de Aditamento a esta Escritura de Emissão, devendo o mesmo ser arquivado na JUCESC.

9.3.6. O Agente Fiduciário iniciará o exercício de suas funções na data da presente Escritura de Emissão ou de eventual Aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a data de vencimento das Debêntures ou até sua efetiva substituição.

9.3.7. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função com agente fiduciário. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

9.3.8. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a respeito baixados por ato(s) da CVM.

9.4. Deveres

9.4.1. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM, ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (i) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (ii) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (iii) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (iv) responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- (v) custear: (a) todas as despesas decorrentes da execução dos seus serviços, incluindo todos os tributos, municipais, estaduais e federais, presentes ou futuros, devidos em decorrência da execução dos seus serviços, considerando o disposto na Cláusula 9.6.5 desta Escritura de Emissão; e (b) todos os encargos cíveis, trabalhistas e/ou previdenciários;
- (vi) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento, contudo não é obrigado a atestar a veracidade nas deliberações societárias e em atos da administração da Emissora ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que tenha sido, ou seja, encaminhado pela Emissora, ou por seus colaboradores, para se basear nas suas decisões. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração destes documentos, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável;
- (vii) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura de Emissão e eventuais aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (viii) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (ix) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;
- (x) verificar a regularidade da constituição da Garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;

- (xi) solicitar, quando julgar necessário para o fiel cumprimento de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das varas da Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas trabalhistas e procuradoria da Fazenda Pública da localidade da sede da Emissora;
- (xii) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora, cujos custos deverão ser arcados pela Emissora;
- (xiii) convocar, quando necessário, Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado pelo menos 03 (três) vezes na forma da Cláusula 2.1.1;
- (xiv) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (xv) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do 68, parágrafo 1º, alínea b, da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:
 - (a) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - (b) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
 - (d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (e) amortização do Valor Nominal, pagamento e repactuação, se o caso, de Juros Remuneratórios das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - (g) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
 - (h) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão; e
 - (i) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário.

- (xvi) colocar o relatório de que trata alínea item (xv) acima à disposição dos Debenturistas no prazo máximo de 04 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, pelo menos nos seguintes locais:
 - (a) na sede da Emissora;
 - (b) no seu escritório ou em local indicado pelo Agente Fiduciário;
 - (c) na CVM; e
 - (d) na sede das Instituições Intermediárias, na hipótese do prazo para a apresentação do relatório vencer antes do encerramento do prazo de distribuição das Debêntures.
- (xvii) enviar comunicado aos Debenturistas, se possível individualmente, de que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados na alínea (xvi) acima;
- (xviii) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Escriturador e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto nesta alínea, a Emissora expressamente autoriza, desde já, o Escriturador e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição da titularidade das Debêntures;
- (xix) fiscalizar o cumprimento das Cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer;
- (xx) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 10 (dez) dias, da ciência de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados esclarecimentos adicionais. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP; e
- (xxi) disponibilizar o Valor Nominal Unitário a ser calculado pela Emissora, aos Debenturistas e aos participantes do mercado, através de sua central de atendimento e/ou de seu *website*.

9.5. Atribuições Específicas

9.5.1. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos desta Escritura de Emissão:

- (i) declarar, observadas as condições da presente Escritura de Emissão, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar o Saldo do Valor Nominal, acrescido dos Juros Remuneratórios correspondentes e demais encargos devidos nas condições especificadas;



- (ii) requerer a falência da Emissora;
- (iii) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos debenturistas; e
- (iv) representar os debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial e/ou liquidação extrajudicial da Emissora, se for o caso.

9.5.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas na Cláusula 9.5.1 (i) a (iv) acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas e observado o quórum estabelecido na Cláusula 10.5.1 desta Escritura de Emissão, esta assim o autorizar.

9.5.3. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28, conforme alterada e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

9.5.4. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

9.5.5. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral.

9.6. Remuneração do Agente Fiduciário

9.6.1. Será devido ao Agente Fiduciário honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação em vigor e desta Escritura de Emissão, correspondentes a uma remuneração anual de R\$6.500,00 (seis mil e quinhentos reais), devida pela Emissora, sendo a primeira parcela devida no 5º (quinto dia útil) contado da data de celebração desta Escritura de Emissão, e as demais, no mesmo dia dos anos subsequentes, até o resgate total das Debêntures.

A 10x10 grid of dots forming the letters 'U', 'C', and 'E'. The 'U' is on the left, 'C' is in the middle, and 'E' is on the right. The dots are arranged to form the outlines of these letters.

10.2. Aplica-se à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, além do disposto na presente Escritura de Emissão, o disposto na Lei das Sociedades por Ações sobre assembleia geral de acionistas.

10.3. A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada: (i) pelo Agente Fiduciário; (ii) pela Emissora; (iii) por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação; ou (iv) pela CVM.

10.4. A Assembleia Geral de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.

10.5. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais dos Debenturistas.

10.6. O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas e prestar aos debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

10.7. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito pelos Debenturistas ou àquele que for designado pela CVM.

10.8. Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, a cada Debênture caberá um voto. As deliberações serão tomadas por 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, exceto quando de outra forma prevista nesta Escritura de Emissão, e nas hipóteses de alteração de prazos, valor, remuneração e forma de pagamento de remuneração e amortização das Debêntures, e das hipóteses de vencimento antecipado, que dependerão da aprovação de 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação.

10.8.1. A alteração de quorum qualificado previsto na presente Escritura de Emissão dependerá da aprovação dos debenturistas com um quorum no mínimo igual ao que está sendo alterado.

CLÁUSULA XI
DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

11.1. A Emissora declara e garante aos Debenturistas, que na data de assinatura desta Escritura de Emissão:

(i) é uma sociedade por ações de capital fechado devidamente constituída, com existência válida e em situação regular segundo as leis do Brasil, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;

- (ii) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com todas as obrigações nela previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais, contratuais e estatutários necessários para tanto;
- (iii) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora;
- (iv) as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura de Emissão têm poderes bastantes para tanto;
- (v) a celebração da Escritura de Emissão e a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, ou quaisquer contratos ou instrumentos dos quais a Emissora seja parte, nem irá resultar em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto por aqueles já existentes nesta data ou aqueles objeto de renúncia por seus respectivos credores, sendo que tal renúncia deverá ser comprovada ao Agente Fiduciário no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da data de assinatura desta Escritura de Emissão; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (vi) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, é exigido para o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e das Debêntures, ou para a realização da Emissão, exceto a inscrição da Escritura na JUCESC e do registro das Debêntures na CETIP;
- (vii) as suas situações econômicas, financeiras e patrimoniais, na data em que esta declaração é feita, não sofreram qualquer alteração significativa que possa afetar de maneira adversa sua solvência;
- (viii) as demonstrações financeiras consolidadas da Emissora, datadas de 31 de dezembro de 2009, 2010 e 2011 e de 30 de junho de 2012 representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora;
- (ix) cumprirão com todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão;
- (x) têm plena ciência de que, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, a Emissora não poderá realizar outra oferta pública de debêntures de sua emissão dentro do prazo de 04 (quatro) meses contados da data do encerramento da Oferta Restrita, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM;
- (xi) não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação que possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora, suas controladas



ou coligadas, em suas condições financeiras ou em suas atividades, que possam afetar a capacidade da Emissora de cumprir com suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão; e

- (xii) não há fatos relativos à Emissora, a suas controladas e coligadas, ou às Debêntures, que, até a Data de Emissão, não foram divulgados ao Agente Fiduciário, cuja omissão, no contexto da Emissão, faça com que alguma declaração relevante desta Escritura de Emissão seja enganosa, incorreta ou inverídica.

CLÁUSULA XII DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

- (i) Para a Emissora:

CECRISA REVESTIMENTOS CERÂMICOS S.A.
Avenida Manoel Delfino de Freitas, 1.001, Bairro Próspera
CEP 88813-900 – Criciúma – SC
At.: Adelor Antônio Kalfeld
Telefone: (48) 3431-6022
Fax: (48) 3431-6031
E-mail: aak@cecrisa.com.br

- (ii) Para o Agente Fiduciário:

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
Avenida das Américas, 4.200, bloco 04, sala 514
CEP 22640-102 – Rio de Janeiro – RJ
At.: Marco Aurélio Ferreira (*Backoffice – Financeiro*) / Nathalia Machado (Assuntos Jurídicos e Estruturação)
Tel: (21) 3385-4565
Fax: (21) 3385-4046
E-mail: backoffice@pentagonotruster.com.br / juridico@pentagonotruster.com.br



(iv) Para o Banco Mandatário:

ITAÚ UNIBANCO S.A.

Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal

CEP 03084-010 – São Paulo – SP

At.: Claudia Vasconcellos

Tel: (11) 2797-4204

Fax: (11) 2797-3140

E-mail: claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br

(v) Para o Escriturador:

ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.400, 10º andar

CEP 04538-132 – São Paulo – SP

At.: Claudia Vasconcellos

Tel: (11) 2797-4204

Fax: (11) 2797-3140

E-mail: claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br

(vi) Para a CETIP:

CETIP S.A. – MERCADOS ORGANIZADOS

Avenida República do Chile, 230, 11º andar

CEP 20031-170 – Rio de Janeiro – RJ

Tel: (21) 2276-7474

Fax: (21) 2252-4308/2262-5481

ou

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.663, 4º andar

CEP 01452-001 – São Paulo – SP

Tel: (11) 3111-1596

Fax: (11) 3115-1564

12.1.2. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com aviso de recebimento expedido pelo correio ou ainda por telegrama enviado aos endereços acima.

12.1.2. As comunicações feitas por fax ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 05 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem.



12.1.3. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada ao Banco Mandatário, ao Agente Fiduciário e ao Escriturador pela Emissora.

12.2. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba aos debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia ao mesmo, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

12.3. Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituírem as disposições afetadas por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

12.4. Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

12.5. Esta Escritura de Emissão e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão comportam execução específica e se submetem às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura de Emissão.

12.6. Esta Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

12.7. Fica eleito o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou possa vir a ser.

Estando assim, as partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 5 (cinco) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

Criciúma, 11 de setembro de 2012.

[REstante da PÁGINA INTENCIONALMENTE DEIXADO EM BRANCO.
SEGUem PÁGINAS DE ASSINATURAS]



(Página de assinaturas 1/3 do Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Cecrisa Revestimentos Cerâmicos S.A.)

CECRISA REVESTIMENTOS CERÂMICOS S.A.

Nome: JOSE LUIS PANO
Cargo: CO - PRESIDENTE

Nome:

Cargo:

José Zimmermann Jr.
Diretor de Operações



(Página de assinaturas 2/3 do Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Cecrisa Revestimentos Cerâmicos S.A.)


PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Nome: SILVIO SANTOS de Amorim
Cargo: Procurador



(Página de assinaturas 3/3 do Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Cecrisa Revestimentos Cerâmicos S.A.)

TESTEMUNHAS:

1. 

Nome: Luciana Rodrigues Carvas

RG: 18.998.184

CPF/MF: 118041698-47

2. 

Nome: Fátima Angélica de Brito da Silva

RG: 32627010-3

CPF/MF: 276910368-76



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA

CERTIFICO O REGISTRO EM: 18/09/2012 SOB Nº: ED000965000

Protocolo: 12/263087-4, DE 13/09/2012

Empresa: 42 3 0002073 7

CECRISA REVESTIMENTOS

CERÂMICOS S/A -



BLASCO BORGES BARCELLOS
SECRETÁRIO GERAL